

DA CIDADE COLONIAL À CIDADE DE COLONIZAÇÃO INTERNA, QUESTÕES SOBRE O MODELO E A TRADIÇÃO

Luiz Silva

Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura - UTL

Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa, Tel. 00 351 213615041

otaviluz@gmail.com

RESUMO | ABSTRACT

A configuração urbana na região centro-norte do Brasil, a partir da década de 1960 tem passado por transformações radicais nos diferentes tipos de cidades que recobrem a região. Tais avanços de fronteiras tiveram início com a colonização portuguesa, com a fundação de Salvador na Bahia, e que num primeiro momento usaram a rede hidrográfica como estrutura de penetração possibilitando o avanço dessas frentes de expansão, ocasionado o surgimento de povoados que tinham a finalidade de controlo do território, que se materializou principalmente com a construção de fortificações e aldeias missionárias. Este processo ininterrupto prolongando-se no tempo originou com o advento da República a fundação de Belo Horizonte (capital do estado de Minas gerais) no final do século XIX.

No século XX precisamente a partir de São Paulo, essa expansão tomou outra dimensão que foi marcada, pelo programa de governo denominado de Marcha para o oeste e resultou na fundação de Goiânia (capital do estado de Goiás) na década de 30, prosseguida em seguida, pelo governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira com seu Plano de Metas na década de 50 com a construção de Brasília, que segundo Bruand (1981), foi a apoteose do Urbanismo Brasileiro. Essas frentes finalmente chegaram à Amazónia, sendo que Brasília foi caracterizada como símbolo dessa expansão.

O ano de 1988 é um marco na história recente do Brasil. Foi o momento da promulgação da Carta Constitucional, assim como da redefinição político-administrativa do País. Foi então criado o Estado do Tocantins que, dois anos depois, em maio de 1989 recebeu a fundação de sua capital, a cidade de Palmas. Vinte e dois anos depois a cidade vem se desenvolvendo em ritmo acelerado, tendo alcançado uma taxa de crescimento de 12 % ao ano, logo a seguir à implantação. Contando com uma população aproximada de 250 mil habitantes. A investigação prévia dos autores do projecto foi apoiada em viagens técnicas a diversos países da Europa, além dos Estados Unidos da América e Canadá. Assim, a cidade foi concebida para ser implantada em etapas de ocupação

previamente definidas segundo um cronograma de execução para infra-estrutura, construção de equipamentos sociais e urbanos, edificações residenciais, comerciais e prédios públicos.

A ideia era de que a ocupação deveria começar a partir do centro da cidade, principal ponto irradiador de expansão, que vem ser o eixo da avenida Juscelino Kubitschek, (através de "faixas" ou "fitas" como descrito no memorial), com assentamento de cerca de 100 mil moradores e o acesso feito pelo mesmo eixo pioneiro JK localizado entre a rodovia TO-050 e a parte central (Avenida Teotônio Segurado), com a urbanização no sentido Leste/Oeste em direcção Norte do plano projectado da cidade com os devidos equipamentos urbanos essenciais localizados nesta parte inicial.

Os recursos do governo seriam usados para construir os grandes eixos, a infra-estrutura básica das grandes quadras e as edificações para o funcionamento da máquina pública. A ocupação das outras actividades, como comércio, serviços e residências seria feita por empreendedores, isoladamente ou em conjunto e teriam à disposição a estrutura principal feita pelo sector público.

O incumprimento desse modelo de implantação sugerido pelos autores acarretou uma desarticulação entre o crescimento e a instalação de serviços públicos e de infra-estrutura, além de emergirem questões sobre a ocupação dos lotes e questões jurídicas.

Por outro lado, a ocupação desordenada do plano, que ocorreu na gestão do segundo governador do Estado, no período de 1991 a 1994, quando áreas delimitadas pelo projecto para abertura de quadras acabaram sendo invadidas, resultado de um fluxo muito grande de migrantes, acarretaram problemas na ocupação de algumas quadras, como as invasões e conflitos fundiários. Sob esse ponto de vista, este trabalho procura identificar e levantar alguns aspectos do processo e formas de ocupação de algumas quadras utilizando-se de uma linguagem da arquitectura e urbanismo das cidades de matriz portuguesa. Procura-se caracterizar a cidade real tradicional que se configura através do somatório de práticas sociais, nos âmbitos político, económico e cultural além de diferentes espíritos e características morfológicas de tradição portuguesa. Esses traçados são expressão e resultado do tipo de ocupação que não obedeceu ao plano original e que determinaram a sua dinâmica em um espaço repleto de vivências, construções e transformações contínuas. De fato, duas cidades diferentes estão se estruturando, uma de acordo com o projecto modelo dos intelectuais modernistas e, no mesmo plano, uma segunda cidade, a tradicional que se contrapõe ao controlo rígido do projecto que estão presentes nos traçados, no papel das praças na estruturação do plano urbano e na relação que estabelecem com a arquitectura e no processo de planeamento. Essa liberdade de formas converge no final, com uma sucessão de caminhos em direcção a um objectivo: inscrever a sensibilidade da cidade tradicional em obras de feitura posterior ao período moderno, realizadas sem concessão alguma para os modelos passados ou

presentes como, os azulejos de Athos Bulcão no Edifício do Congresso Nacional em Brasília, remontando as características das habitações coloniais.

A partir de então, o processo de ocupação nos moldes informais no plano da cidade foi revertido e coibido, tal procedimento estimulou ainda mais o surgimento e/ou crescimento desses modelos que, desde o início da construção da cidade, já existiam de forma embrionária.

Palavras-chave: Cidades Novas, Fronteiras económicas, Planos de Urbanização, Palmas e Morfologia Urbana